



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDA NEVES GASPAR

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

**CAMPINA GRANDE
2019**

FERNANDA NEVES GASPAR

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social.

Área de concentração: Educação

Orientador: Prof. ALCIONE FERREIRA

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G249i Gaspar, Fernanda Neves.
A importância do serviço social na relação família-escola [manuscrito] / Fernanda Neves Gaspar. - 2019.
30 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Alcione Ferreira, Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Educação. 2. Serviço Social. 3. Família-escola. 4. Assistência social. I. Título

21. ed. CDD 361

FERNANDA NEVES GASPAR

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharelado em Serviço Social
Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 12/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Alcione Ferreira da Silva

Prof. Me. Alcione Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Patrícia Crispim Moreira

Prof. Me. Patrícia Crispim Moreira (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Maria Soares Silva Benevides (Examinadora)
Assistente Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico I - Número de pessoas que trabalham na residência.....	21
Gráfico II - Número de membro na família.	21
Gráfico III - Escolaridade do pai.	22
Gráfico IV - Escolaridade da mãe.....	22
Gráfico V - Com que frequência vai à escola que seu filho estuda? Por quê?.....	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	6
2.1 Educação do campo: uma trajetória de lutas.....	9
3. HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	12
3.1 Atribuições e Competências do Serviço Social na Educação	13
3.2 Constituição, LDB e ECA: aparatos legais	14
3.3 A relação família-escola: uma união necessária	16
4. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE ESTÁGIO	18
4.1 Apresentação do Projeto	20
4.1.2 Estudo socioeconômico	20
4.1.2 Realização das palestras	23
4.2 Condições objetivas e consciência subjetiva.	24
4.2.1 A necessidade de estratégias específicas para a população rural.	25
5. CONCLUSÃO	26
REFERÊNCIAS	27

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA
THE IMPORTANCE OF SOCIAL WORK IN THE FAMILY-SCHOOL RELATIONSHIP

Fernanda Neves Gaspar*

RESUMO

O presente artigo trata a cerca da relação família-escola na educação de a partir de Relato de Experiência de Estágio realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M.E.F) Nossa Senhora do Perpétuo Socorro localizada na zona rural de Campina Grande/PB. Seu objetivo é apresentar a importância do Serviço Social nessa relação e como a profissão pode contribuir no fortalecimento da mesma, além disso, destacamos a necessidade do profissional de Serviço Social, em meio a uma sociedade que luta por interesses contraditórios, se atentar para as particularidades do espaço sócio-ocupacional onde está inserido, pois o olhar crítico da realidade adotado pela profissão proporcionará a elaboração de estratégias que de fato contribuirão na relação entre ambos. Para realização da escrita a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Família-escola.

ABSTRACT

The following article deals with the family-school relationship based on the internship experience carried out at E.M.E.F Nossa Senhora do Perpetuo Socorro located in the rural area of Campina Grande / PB. Its objective is to present the importance of Social Work in this relationship and how the profession can contribute to its strengthening. In addition, we highlight the need for the Social Work professional, in the midst of a society that fights for contradictory interests, to pay attention to the particularities. of the socio-occupational space where it is inserted, since the critical view of the reality adopted by the profession will provide the elaboration of strategies that will in fact contribute in the relationship between both. To accomplish the writing the methodology used was the bibliographic and documentary research.

Keywords: Education. Social work. Family-school.

* Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
fernandagaspar43@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se configura como Relato de Experiência do Estágio obrigatório realizado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro situada na zona rural da cidade de Campina Grande/PB, e foi pensado com o objetivo de contribuir no trabalho do assistente social na área da Educação.

Entendendo que família e escola devem trabalhar juntos na educação de crianças e adolescentes, o projeto “Família e escola: juntas pelo direito a educação” realizado na instituição, buscou compreender o motivo das famílias estarem distantes desse processo educacional na vida de seus filhos e realizar palestra, junto aos responsáveis pelos discentes, acerca do tema: “direito a educação”. Entendendo que a profissão de Serviço Social diferencia-se por possuir um olhar crítico e atento para a totalidade da realidade que o cerca, pode elaborar estratégias que auxiliem a escola nessa reaproximação com a família. Sabe-se o quanto é importante na formação da criança o caminhar da família próximo a ela, e sabe-se também o quanto pais e responsáveis esforçam-se para proporcionar aos filhos uma educação que muitas vezes eles não tiveram, porém muitas vezes não conseguem estar tão presentes quanto gostariam. Essa exposição se faz presente na zona rural, onde essa realidade frequentemente impõe barreiras particulares à participação da família na educação formal dos filhos, eis então mais um espaço em que grandes contribuições podem ser feitas pelo Assistente Social.

Para a construção deste artigo utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental com embasamento em uma perspectiva teórica dialética. A estrutura do trabalho se dá da seguinte forma: No tópico 2.1 traçamos brevemente a história da educação no Brasil, seguido por exposição sobre a educação no campo, no tópico 2.2. No ponto seguinte, 3.1 apresentamos a história da profissão de Serviço Social na educação, no 3.2 algumas das atribuições e competências que o mesmo pode exercer nesse espaço e as legislações que amparam essa atuação, no 3.3, em sequencia no subtópico 3.4 são realizados alguns apontamentos a cerca da relação família-escola. Por fim, no último tópico do trabalho, apresentamos o projeto realizado na instituição desde a motivação para realização do mesmo, suas ações e análises sobre sua execução e resultados.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os registros da educação, na história de nosso país, constata que a educação formal existe desde seu contexto colonial, e por mais que estejamos falando de mais de 500 anos, as principais mudanças que deveriam ter ocorrido no caráter da educação brasileira continuam presentes. Fazendo um caminhar pelos principais momentos históricos, discorreremos a seguir brevemente a cerca da educação em alguns desses momentos.

O surgimento da educação no Brasil, ainda no período colonial não foi destinada a todos de forma igualitária, foi o que podemos chamar, de acordo com Ferreira (2010), de elitista e excludente. A educação foi implantada, primordialmente, no Brasil por conta de necessidades europeias.

A princípio a ideia da educação estava relacionada pela necessidade de alfabetizar os filhos dos europeus que vieram para o Brasil no período colonial, além de implantar a cultura europeia aos nativos brasileiros. Os

filhos dos europeus eram instruídos pelos jesuítas, enquanto os povos nativos eram catequizados. (SANTOS, VINHA; 2016, p.1)

A educação jesuítica surge com a intenção de catequizar os índios, conforme Santos e Vinha (2016), isto mostra que, ainda que o modo de produção capitalista não estivesse presente nesse período da história no Brasil, aqueles que detinham maior poder usam de suas forças sobre aqueles que pouco tinham e impõe sobre eles sua perspectiva de vida, e nesse caso, a particularidade do povo indígena era descartada uma vez que os mesmos eram obrigados a absorver não somente na educação, mas também, o modo de viver dos portugueses. Dentro do contexto Imperial, a educação era entendida como um modo de ocupar o tempo dos grandes proprietários de terra, uma vez que os mesmos não precisavam trabalhar, visto que aos escravos cabia toda a atividade produtiva, segundo Araújo (2017).

No final da década de 80, do século XIX, surgiram algumas escolas de ensino superior que continuaram em expansão com a Proclamação da República, mas o quadro educacional, segundo Piana (2009) se alterou em pouca coisa e o sistema continuou a ser elitista e excludente, de forma que nem todos tinham acesso ao ensino superior oferecido, visto que tudo era articulado de acordo com os interesses da classe dominante. Segundo Ferreira (2010):

[...] durante toda a primeira metade do século XX, apesar de todas as reformas realizadas, a educação brasileira continuou sendo elitista e excludente, tal como fora na Colônia e no Império. Em síntese, as elites econômicas e políticas que governavam o Brasil continuaram formando seus filhos na velha tradição das escolas primárias, dos colégios secundários e dos cursos superiores (Direito, Medicina e Engenharia) que remontavam aos primórdios elitistas da educação brasileira. (FERREIRA, 2010, pág.53)

Os anos de 1930 caracterizam-se principalmente pelo avanço industrial no território brasileiro. Na Era Vargas, como esse período é comumente conhecido, começam a ocorrer mudanças na educação brasileira. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, “que continha uma nova proposta pedagógica, trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando a uma política educacional do Estado.” (PIANA, 2009, p.9). Em 1934, é exposta a necessidade de um Plano de Educação, que propunha que o ensino primário deveria ser gratuito, obrigatório e que alcançasse também os adultos. Nesse mesmo período tivemos a construção do Ministério da Educação que, segundo a mesma autora, possuía o objetivo de orientar e coordenar as reformas educacionais que seriam incluídas na constituição de 1934.

A década de 50 é marcada principalmente pelas lutas em defesa da educação pública laica, através, principalmente, do projeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo então ministro da educação Clemente Mariani, em 1948. Tal petição afetou a Igreja que passou a se mobilizar em defesa do ensino religioso nas instituições. Já nos anos 60, temos a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), até esse período, a ainda educação não se era obrigação dos Estados e municípios. Lembrando que é também nos anos 60 que temos o início da Ditadura Militar, marcada por repressões e autoritarismo, ao mesmo tempo em que o Estado busca modernizar-se para acelerar o desenvolvimento do capital no país (Ferreira, 2010).

A educação nos anos da ditadura militar sofreu o estrangulamento interno da economia com altas taxas inflacionárias, com o endividamento externo, com queda na qualidade de ensino motivada por baixos salários e

investimentos públicos, com grande índice de evasão escolar e consequente crescimento da escola privada e com preferência ao ensino profissionalizante em detrimento do ensino médio. (PIANA, 2009, pág.13)

Mesmo em meio há um contexto de forte repressão, a luta por uma educação de qualidade não foi paralisada, no final dos anos 80. Como os demais direitos sociais, a educação foi consagrada como um direito universal no Brasil a partir da Constituição de 1988, fruto do conjunto de lutas da população no momento de redemocratização do país.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Destaca-se aqui a luta pela LDB, que teve sua primeira sanção em 1961. A Lei de Diretrizes e Bases foi resultado de uma por interesses distintos. A classe trabalhadora buscava uma educação pública de qualidade e fácil acesso, enquanto do outro lado, de acordo com Araújo (2017), liberais defendiam a ideia de que a educação era somente dever da família e por isso, ela tinha o dever de garantir seu ingresso às escolas particulares, e ao governo bastava bolsas de estudo nessas instituições às famílias mais pobres. Com a Constituição de 1988, a terceira versão da LDB foi criada, e em 20 de dezembro de 1996, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou a LDB, e essa, permanece até os dias de hoje.

Com essa, houve a inclusão da educação infantil como parte da educação básica; o reconhecimento da educação à distância; a criação do Plano Nacional de Educação; e a obrigatoriedade da formação profissional para atuar na educação básica. A educação básica passou a constituir-se em: Educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos. Com a LDB de 1996, as creches e pré-escolas deixam de ser responsabilidade da assistência social e se tornam responsabilidade da educação, não sendo mais vistos como espaços sem fins, mas passando a desenvolver atividades educacionais. (ARAUJO, 2017, p.7)

Com a crise estrutural dos anos 70, a reestruturação produtiva possibilita a acumulação e relativiza as relações de trabalho, com isso as forças de trabalho são exploradas e automaticamente passa-se por cima daquilo que constitui-se como direitos sociais. Na década de 80, período de transição do autoritarismo para democracia, segundo Piana (2009), houve mudanças marcadas por forças sociais, como a Constituição de 1988. Especificamente na educação, houve a preocupação de recolocá-la no centro das preocupações políticas, na busca de uma educação pública de qualidade, de forma que a mesma viesse a se tornar um impulsor no exercício da cidadania. Já na década de 1990, em resposta a crise temos a implementação do projeto neoliberal, que em um momento de crise estrutural do capitalismo e hegemonia do capital financeiro transforma direitos sociais em mercadorias. Apesar do termo “reformas” ter sido largamente utilizado neste contexto, partimos da perspectiva defendida por Behring (2015) de que se estava de frente a um contexto de contrarreforma do Estado e consequentemente das políticas sociais, dentre tais, a educação. Tais políticas passam por um processo de privatização, focalização e desestruturação. “[...] O neoliberalismo impôs um novo projeto ideológico, político e econômico, sustentado na desregulamentação da economia e no corte das ações coesivas do Estado, principalmente no campo

social.” (GONÇALVES, 2016, pág.2). No contexto educacional, “[...] A reforma do Estado brasileiro prejudicou as políticas públicas, em particular a educação, pois permitiu o crescimento do setor privado, principalmente no âmbito do ensino superior, enquanto na escola pública o ensino ficou ainda mais ineficiente.” (FERREIRA, 2010, p.109). O que temos visto nos últimos tempos, desde os anos 2000, segundo Araújo (2016) aponta, é de que houve melhorias em relação a educação brasileira nesse período, mas essas não se configuram muito significativas considerando o todo, “não se pode negar que em relação à ampliação de vagas e a garantia ao acesso em todos os níveis, foram e são mudanças fundamentais [...] entretanto [...] quantidade não implica em qualidade” (ARAÚJO, 2016, p.7). Essa realidade perdura até os dias atuais, de forma que, se faz necessário lutar ainda nos dias de hoje por uma educação de qualidade e acessível a todos.

Mediante a essas exposições percebe-se que desde os tempos mais antigos existia divisão entre aqueles que teriam ou não acesso a educação, ou seja, “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes’ (MARX; ENGELS, 2000, p.45 apud. ARAÚJO, 2017, p.15) assim sendo, a divisão dessas classes sempre esteve presente na construção das ideias e na condução do conhecimento.” (ARAÚJO, 2017, p.2). Ações como essas evidenciam o que presenciamos ainda nos dias atuais, a política educacional é usada por parte da sociedade que detém de maior poder (riqueza) como instrumento de controle para que a classe trabalhadora possua uma formação voltada para de mão de obra, e não uma educação emancipadora com foco em construir um pensamento crítico. Esse ataque à política de educação se dá devido às elites, em estreito vínculo com o capital internacional, colocarem a educação no centro de disputa de projetos societários buscando impedir possibilidades de efetivação de um modelo educacional crítico, que possibilite à classe trabalhadora ter acesso a perspectivas emancipadoras. O mesmo acontece com a população rural, com o agravante de possuírem suas singularidades quanto à cultura e contexto de vida esquecidos. De forma que, a luta por uma educação de qualidade, do campo ou não, foi e continua sendo uma necessidade urgente.

2.1 Educação do campo: uma trajetória de lutas.

A escola foi um ambiente criado para atender principalmente as elites. Durante todo contexto histórico apontado acima, a educação do campo foi esquecida, não havendo políticas públicas que fossem pensadas nas particularidades apresentadas pela zona rural, apesar das origens do Brasil ser agrárias.

A educação direcionada a população do meio rural iniciou-se no período da República velha, mas isso não significa que desde esse período existiam políticas direcionadas a especificidade desse meio. A “educação rural”, como era conhecida até então, foi criada com base nos interesses do capital. Assim, o objetivo não era buscar o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no campo. A primeira estratégia para essa realidade ocorre somente nos anos de 1920, com o projeto “Ruralismo Pedagógico” A educação rural passa a ser pensada devido ao fluxo migratório intensificado, trazendo consigo interesses burgueses de fixar o homem ao campo:

Essa preocupação com a educação rural começou a ganhar forma devido ao grande fluxo migratório do campo para a cidade – processo de industrialização que começava a se instalar no país. Com a saída dos

homens do campo para trabalhar nas indústrias da cidade, houve a criação de um projeto chamado Ruralismo Pedagógico, que atendia aos interesses dos fazendeiros em manterem essa população no campo (SANTOS, VINHA, 2016, p.4)

De acordo com Neto e Gomes (2018), não houve a intenção de criar uma escola para a zona rural, até que esse fluxo migratório começou a acontecer entre os anos de 1910 e 1920. No ano de 1923, acontece a primeira referência à educação rural, nos Anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, segundo Pires (2012), “essa educação era destinada aos(as) das áreas urbanas que demonstrassem interesse pela agricultura...”. Embora nosso país tenha um histórico de predominância camponesa, desde a colonização, às primeiras décadas do século XX, até os dias atuais nos deparamos com um entendimento reduzido a cerca da educação do campo, isso porque foi disseminado que o homem do campo, por exercer um trabalho braçal, não necessita de uma educação de qualidade.

Silva (2004) nos diz que é na década de 30 do século XX que começa a surgir um modelo de educação rural amarrado a projetos de "modernização do campo". Na Constituição de 1934, a educação, em geral, é colocada como direito de todos e dever do poder público em conjunto com a família, e a educação rural é referenciada, submetendo à união o financiamento do ensino nas áreas rurais. Após a década de 30, a escola no campo foi implantada, porém mais uma vez não foram levadas em conta as particularidades da mesma. Em 1946 temos a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613/46), que de acordo com Pires (2012), “propunha como objetivo principal a preparação profissional para os(as) trabalhadores(as) da agricultura”, esse ensino era dividido em dois ciclos: o primeiro seria o básico em agricultura e o segundo seriam vários cursos técnicos na área.

Pires (2012) ressalta ainda que são nas décadas de 1950 e 1960 que a educação rural passa a ser considerada mais seriamente pelo Estado. Porém

“O que temos, então, a partir da década de 1950, é a gestação de um discurso urbanizador que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural [...]” (PIRES, 2012, p.4)

Ainda na década de 60, no contexto da Ditadura Militar, temos a Constituição de 1967, nela as empresas agrícolas passam a ser obrigadas a oferecer o ensino primário gratuito aos trabalhadores das empresas e seus filhos. Nesse período temos também o surgimento de atores importantes na luta pela educação do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nas palavras de Santos e Vinha (2014), “é a partir dos movimentos socioterritoriais, mais especificamente com o MST que se via a necessidade de uma educação voltada e pensada para a população do campo, uma educação DO campo.” Vemos o protagonismo do MST também nos anos 80,

Vários movimentos e mobilizações no final da década de 1980 começaram a ocorrer, sobretudo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST, para além da luta pela terra, deu início às discussões sobre o futuro da educação das crianças acampadas, problematizando a garantia das escolas desde o processo de lutas até a conquista do assentamento rural. (SANTOS, VINHA, 2014, p. 5)

Com a Constituição Federal de 1988 e os avanços que a mesma traz a cerca da educação, outras legislações como as Constituições Estaduais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trouxessem um foco maior a educação rural no que diz respeito ao direito a igualdade e do “respeito às diferenças, possibilitando discutir como seria a oferta dessa educação para os povos do campo, buscando adequar a Educação Básica as especificidades locais” (Pires, 2012, p. 90). Já na década de 90, mesmo período em que se solidifica a relação do Serviço Social com a Educação, os movimentos sociais passam a se intensificar nas lutas a favor da população rural, objetivando políticas públicas que garantissem um ensino de qualidade juntamente com propostas pedagógicas que respeitassem essa realidade, segundo Gomes e Neto (2018). É também nesse período que há a mudança no termo “educação rural” para “educação do campo”. A importância em diferenciar ambos é necessária, pois,

No Brasil, a educação rural está relacionada a uma visão preconceituosa em relação ao homem do campo, não levando em consideração os seus conhecimentos que são adquiridos ao longo do tempo e repassados de pai para filho, de geração em geração. A educação rural, fez com que o camponês perdesse a autonomia rural implantando um tipo de conhecimento “estranho” a eles, como o manejo de técnicas e insumos agrícolas, além da relação com o mercado, onde o camponês teria que vender a sua produção e/ou a sua força para adquirir “novos” produtos para melhorar e aumentar a produção. Nesse sentido, uma das críticas relacionadas à educação rural é o objetivo ao qual essa educação era proporcionada. Objetivo esse, em que a escola era responsável pela capacitação do aluno, sendo assim, ela buscava “treinar ao invés de educar” e, esse “treinamento” tinha por finalidade atender os interesses das elites. (MIRANDA, SANTOS; 2017, p.3).

O termo educação rural, foi utilizado durante anos para referenciar-se a uma população excluída e que para o capital deveria receber uma educação com foco apenas em aprender o trabalho braçal. No entanto, o conceito de Educação do Campo, difere-se por completo desse e se faz “fundamental por ser originado de uma postura político-pedagógica crítica e libertadora, valorizando assim o sujeito através de sua identidade cultural.” (GOMES, NETO, 2018, p.281).

Em contraposição a essa visão da escola como “treinadora” de alunos e da interferência de fatores e modelos externos na Educação Rural, como os interesses das elites e as novas técnicas de melhorias na produção de puro interesse das classes dominantes, surge a Educação do Campo. Construída através de movimentos populares, organizados por movimentos de camponeses, onde lutam por uma educação escolar que articula o trabalho produtivo com a educação escolar [...] (MIRANDA, SANTOS; 2017, p.4).

A mudança não somente nos termos, mas no que eles significam, surge em um período onde se intensificam as articulações na exigência de políticas públicas em prol da educação do campo, no final dos anos 80. A LDB/1996 traz elementos que se referem à educação do campo, reconhecendo as necessidades educacionais da mesma e aponta para a necessidade de se desvincular a mesma da educação urbana. O Serviço Social se faz necessário não somente na educação, mas na especificidade da luta pelos direitos do campo também, uma vez que um dos princípios norteadores da profissão é o “VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;” (CFESS, 1993)

3. HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A atuação do Serviço Social volta-se para as manifestações da questão social reconhecidas como demandas, em grande medida, mediante as lutas da classe trabalhadora, que na fase monopolista do capital, encontrará no Estado, braço político da burguesia, respostas mediante as políticas sociais.

O Serviço Social surge como mais um instrumento para apaziguar as tensões ocasionadas pela classe trabalhadora, que através da consciência de classe, entendia as modificações que ocorriam na realidade que a cercava. Dessa forma, podemos entender que a profissão foi inicialmente criada como estratégia de controle social. “Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, na verdade, um importante instrumento da burguesia” (MARTINELLI, 2014, pág. 67). O surgimento do Serviço social no Brasil se deu em épocas em que a educação passava por um processo de democratização, nos anos de 1930. Segundo Dentz e Silva (2016) a Constituição de 1934 dava mais atenção às questões de ensino, de forma que “orientava para a centralização das questões de ensino, em que o governo central deveria fixar um Plano Nacional de Educação (art. 150), criando Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação (art. 152)”, mas ainda que a educação estivesse recebendo mais atenção isso não foi suficiente para que fosse revertido em projetos e “práticas políticas” como ressaltam os autores.

Como dito anteriormente, na época de seu surgimento a atuação dos profissionais se deu atendendo as necessidades do capital, e assim continuou alguns anos após seu surgimento, nesse contexto o Serviço Social dentro da unidade escolar era conservador, de forma que a sua função era de “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, [através de] métodos adequados” (Guilherme, 1945, p. 79 apud. Dentz, Silva, 2016, pág.18).

Por não possuir um projeto profissional que demarcasse os valores da profissão, o Serviço Social agia de forma acrítica, tecnicista e individualista. Segundo Piana, (2009) são nos anos 60, alguns anos antes da Ditadura Militar no Brasil, que o Serviço Social passa por seu primeiro questionamento enquanto profissão começa a traçar sua identidade profissional por meio do Movimento de Reconceituação.

Na relação Educação e Serviço Social observa-se que em meados da década de 1980, ambos interiormente passavam por um processo de reconfiguração (Dentz, Silva; 2016). A educação foi consagrada como um direito universal no Brasil a partir da Constituição de 1988, fruto do conjunto de lutas da população no momento de redemocratização do país. Ao mesmo tempo em que é nos anos 80 que a profissão de fato vincula-se a “uma interlocução com a teoria social de Marx como referência analítica [...] avança para os anos 90 e imprime um direcionamento no pensamento e ação do Serviço Social no Brasil” (Piana, 2009, pág.79,80). De forma que “é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação” (CFESS, 2001, p. 5).

A partir dessa inserção, muitas são as demandas postas para a profissão no espaço das escolas. O profissional de Serviço Social, dentro do ambiente educacional, pode atuar diretamente com todos os sujeitos que compõem o espaço educacional, alunos, famílias, professores e comunidade, pois possui um olhar

crítico sobre a realidade que envolve a todos, de forma que, adotando as estratégias e planejamentos corretos há avanços em questões de cidadania.

3.1 Atribuições e Competências do Serviço Social na Educação

Como as demais políticas, a educação sempre está sendo tensionada pelos projetos sociais em disputa. Em sua forma atual, tem sido utilizada pelo capital como um instrumento de controle da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que responde as exigências do mercado de trabalho capitalista. Na contemporaneidade, segundo Martins (2014) há um incentivo a universalização do ensino fundamental, naquilo que é necessário e funcional ao desenvolvimento capitalista, e neste espaço, bem como na educação profissionalizante, o assistente social é requisitado a atuar.

(...) a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, 2013, p. 15)

Contraditoriamente, é neste espaço que a população usuária pode ter acesso ao conhecimento, mesmo que de forma parcial. Acerca das possibilidades da educação em seu sentido amplo, o CFESS, destaca que,

A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. (CFESS, 2013, p. 33)

Por ser um espaço sócio-ocupacional onde se manifestam várias expressões da questão social, são impostas ao Serviço Social demandas relacionadas ao acesso e permanência da classe trabalhadora no ambiente escolar. E para isso, o Assistente Social, pode, em seu cotidiano na instituição escolar usar de mediações para contribuir na melhoria nas condições de vida do estudante e suas famílias, pois enquanto profissional,

[...] tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes; podemos buscar meios para identificar fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto e realizar encaminhamentos aos serviços sociais e assistenciais caso seja necessário para as famílias e estudantes, sobretudo os que se encontram em situação de vulnerabilidade. (CRUZ, SANTANA PONTES, MEDEIROS; 2013, p.5).

Diante de todos os desafios expostos o profissional deve buscar com base na sua formação acadêmica fundamentada em uma perspectiva teórica crítica, reconhecer o ambiente escolar como um ambiente repleto por expressões diferenciadas da questão social¹.

Martins (2014) aponta que o trabalho do assistente social na política de educação ocorre em três eixos: dimensão sócio-educativa, democratização da

educação e articulação com as demais políticas sociais. Sobre o primeiro eixo, a autora destaca que,

(...) o trabalho socioeducativo do assistente social, coerente com o projeto ético-político profissional, assumirá um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conservadora, apesar desta ainda estar presente na profissão. (MARTINS, 2014, p. 54)

Acerca da democratização da educação, a atuação do assistente social deve ir para além do sentido de garantir acesso e permanência na escola, mas deve buscar potencializar os instrumentos de gestão democrática neste espaço público, estimulando a participação dos alunos e famílias nos processos de decisão. Quanto à articulação da política de educação com as demais políticas, segundo Martins (2014), o Assistente social pode facilitar a intersectorialidade entre as políticas. No sentido de atender as demandas advindas da classe trabalhadora, toda rede socioassistencial deve ser mobilizada. Em seu livro intitulado “O Serviço Social na Educação” (2001), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) reforça que o assistente social na área educacional pode atuar na: “Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício de cidadania” (CFESS, 2001, p. 13). As atribuições do profissional de Serviço Social devem visar

“melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional” (MARTINS, 1999, p.70 apud. CRUZ, SANTANA PONTES, MEDEIROS; 2013, p.5).

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, realizadas na educação ou não, são norteadas pelos princípios, direitos e deveres presentes no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Além dessas legislações próprias da profissão, há também outros aparatos que auxiliam os profissionais na luta pela defesa dos direitos, alguns dos quais debateremos a seguir.

3.2 Constituição, LDB e ECA: aparatos legais

Como respaldo e norteador de suas ações os Assistentes Sociais possuem as regulamentações mencionadas acima, e para o ambiente educacional não somente o Serviço Social como qualquer outra profissão deve basear-se em outras legislações, dentre as quais destacamos: a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/1990), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei 9.394/1996).

A Constituição Federal de 1988 é o aparato legal para toda sociedade, nela, nos é afirmado que o acesso à educação é um direito de todo cidadão, logo, por constituir-se de tal forma, é dever do Estado trabalhar para que o mesmo não lhes falte. Da mesma forma, o cidadão deve exigir que o Estado cumpra com sua responsabilidade, e a profissão de Serviço Social é um dos caminhos que o sujeito deve utilizar na luta pela efetivação do mesmo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) podemos afirmar é um direito dos pais ou responsáveis ter conhecimento do processo pedagógico, além de participar da definição das propostas educacionais. Dentro do campo de estágio onde se baseia a experiência relatada neste trabalho, foi por vezes presenciada a ação da Assistente Social da instituição elaborando maneiras de que pais ou responsáveis pudessem fazer parte do processo pedagógico da escola e também compartilhando a cerca das propostas educacionais para o ano letivo, e solicitando a participação dos mesmos no processo. O Código de Ética do/a Assistente Social (CEP-1993) afirma que é dever deste profissional “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.” (CFESS, p.29, 1993). Ou seja, dentro da instituição escolar, é dever do Assistente Social, lutar pela efetivação desses direitos aos pais ou responsáveis.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos traz, em seu art.3º, que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: respeito à liberdade e apreço à tolerância. Dessa forma, o trabalho do profissional de Serviço Social na instituição educacional entre muitos, deve consistir na defesa por uma educação distante de preconceitos e respeito e incentivo do pluralismo, o que vai de pleno acordo com a defesa dos princípios e valores norteadores da profissão, que afirmam que se deve ter “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade” (CFESS, 1993). Outro ponto a ser considerado em relação à LDB, diz respeito à educação do campo. Como foi apresentado no primeiro tópico deste trabalho, a educação do campo passou, mediante a lutas, por avanços durante toda sua trajetória. A LDB de 1996 expressa alguns deles e aponta um direcionamento específico quanto à escolarização das pessoas que vivem no meio rural.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Menções como essa apresentada, e outras presentes em regulamentações diferentes não tem sido suficiente para a melhoria nas condições de vida na zona rural, em destaque na educação. E foi mediante a essas condições presentes no campo de estágio e com base também nas seguintes competências atribuídas, aos profissionais da área “[...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...]” (CFESS, 2013, pág28) que foi elaborado um projeto de intervenção que visava compreender fatores que cooperavam na ausência das famílias na vida escolar de seus filhos, bem como auxiliar mediante estratégias essa aproximação.

A política de educação é, assim como as demais políticas, um espaço contraditório de luta de classes. A luta pela educação constitui uma das expressões da questão social, que são o objeto de trabalho do Assistente Social, e se manifestam de variadas maneiras no contexto escolar e cabe ao profissional inserido no determinado espaço elaborar estratégias e medidas de enfrentamento que visem uma melhora de vida na condição do sujeito. As demandas apresentadas e o processo educativo se relacionam com o próprio sujeito, criança ou adolescente, mas também com sua família e a relação dessa com a escola. Essa foi uma das expressões identificadas no campo de estágio, o distanciamento das famílias no acompanhamento da vida escolar dos seus. Somando-se a isso, é importante salientar que a escola onde foi realizado o estágio obrigatório localiza-se na zona rural da cidade. Ou seja, a complexidade envolvida nesse contexto torna-se ainda maior.

3.3 A relação família-escola: uma união necessária

A educação é um pilar fundamental na sociedade. A Constituição Federal de 1988 afirma que os deveres em relação à educação é responsabilidade do Estado e da família:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2003, p.122)

Tratando especificamente de crianças e adolescentes, existem duas participações fundamentais, as quais por mais que sejam possuidoras de papéis e funções diferentes, são necessárias e complementares: a família e a escola. A primeira dessas possui um papel de importância extrema na vida da criança, pois é nesse contexto familiar que serão transmitidos valores e princípios. A educação fornecida pelos responsáveis é uma educação informal, ou seja, fundamentada na prática das tarefas cotidianas, e não em um sistema de ensino (SANTOS, TONIOSSO, 2014). No ambiente escolar a criança deverá ter acesso a esse sistema, através de uma equipe pedagógica preparada para auxiliá-la em sua trajetória escolar.

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo. (SANTOS, TONIOSSO, Apud DESSEN, POLONIA, 2007, p. 22).

Entendemos que, ao passo que, cada um possui sua participação de forma diferenciada na caminhada estudantil, ao mesmo tempo precisam do auxílio um do outro, esses, não podem trabalhar de forma isolada. Assim como a família precisa do sistema de ensino oferecido pela instituição, a instituição necessita também do apoio e suporte familiar, visto que uma participação mais efetiva traz melhores resultados na vida educacional do sujeito envolvido.

Grande parte das famílias reconhece e sabe de seu dever frente à educação de seus filhos, no entanto, há dificuldades, na prática, que muitas vezes não

permitem que o responsável exerça sua função da forma como gostaria. Esse fator tem sido reconhecido por muitas escolas, baseado no senso comum, como irresponsabilidade de alguns pais, mas tal análise exclui a totalidade da sociedade contraditória em que vivemos. Para compreender melhor a totalidade que cerca grande parte das famílias brasileiras, é necessário lembrar que vivemos em uma sociedade capitalista e excludente, e isso compromete a relação família-escola, fazendo com que haja uma dificuldade maior para que deveres sejam cumpridos. Após a Revolução Industrial, que pode ser considerada o ato de consumação do capitalismo na sociedade, o trabalhador tem todas as suas esferas de vida reconfiguradas. Nos tempos que antecederam a era do capitalismo, a sociedade se organizava de maneira mais igualitária. Segundo Martinelli (2011), a economia ocorria de forma mais natural nas sociedades medievais, e às relações não se davam de maneira exploratória como no modo de produção capitalista. Quando esse último se instaura na sociedade, transforma por completo todas as relações existentes. A razão pela qual o modo de produção reconfigura a estrutura das famílias é porque a vida familiar está intrinsecamente ligada ao mundo do trabalho, onde iniciam as modificações trazidas pelo capitalismo e conseqüentemente perpassam por todas as outras relações sociais. Como dito anteriormente, a economia ocorria de forma mais natural nas sociedades medievais, e às relações não se davam de maneira exploratória como no modo de produção capitalista. A exploração é a marca registrada do capitalismo, é dessa exploração que o mesmo consegue obter o lucro necessário a sua existência.

[...] o capitalista e empresas capitalistas só existem, e só podem existir, se tiverem no lucro a sua razão de ser; um capitalista e uma empresa capitalista que não se empenharem prioritária e sistematicamente na obtenção de lucros serão liquidados (NETO, BRAZ; 2013, p. 110)

Iamamoto (2014) nos diz que o objetivo único do capital não são as necessidades da sociedade e sim a produção de mais valia, ou seja, o lucro. O meio que o capitalista encontra para a obtenção desse lucro é a exploração do trabalhador, de forma que, o mesmo produza cada vez mais e assim, o capitalista se torna detentor de grande parte daquilo que é produzido. Como dito anteriormente, esse modo de produção não altera somente o mundo do trabalho do homem:

[...] O modo de produção capitalista definia, assim, uma forma específica e peculiar de relações sócias entre os homens e entre estes e as forças produtivas, relações mediatizadas pela posse privada dos meios de produção. Definia também, como consequência, uma nova ordem estrutural, pois a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que representava apenas uma minoria da sociedade determinava o aparecimento de uma outra classe, constituída por aqueles que nada tinham, a não ser a própria força de trabalho. (MARTINELLI, 2011, p. 29)

Dessa forma, o capitalismo é quem dita às regras no mundo atual e nas relações sociais nele presente. Seus impactos e reflexos são visíveis. Sobre as intenções da burguesia, Martinelli (2011) nos diz, na relação proletariado e burguesia não há qualquer sentido humano, pois aos olhos da classe dominante o operário é apenas força de trabalho, uma mercadoria como qualquer outra. Uma das consequências dessa reconfiguração no mundo do trabalho é o salário do trabalhador que, se vê com um salário que não permite que o mesmo satisfaça suas

necessidades básicas e de suas famílias. A lógica de lucro do capital baseia-se também em não pagar ao trabalhador tudo que lhe é de direito mediante ao trabalho e ao tempo de trabalho oferecido pelo mesmo. Nas palavras de Netto e Braz (2006):

[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso (NETTO, BRAZ, 2006. p.13)

Devido a sua condição salarial, que por muitas vezes é insuficiente, a sua sobrevivência, muitos responsáveis pelo sustento de suas famílias veem-se obrigados a possuir duas ou mais ocupações. Sem esquecer que a realidade também nos apresenta aqueles que não conseguem ocupação alguma. Esses possuem o atendimento de suas necessidades e seu sustento comprometido. A carga horária excessiva de trabalho, a baixa remuneração oferecida e juntamente a isso o desgaste físico e mental que o ser humano adquire após jornadas intensas de trabalho são algumas razões para a ausência dos pais ou responsáveis na vida escolar de seus filhos. Outra razão seria a alta taxa de analfabetismo dos pais, que não se sentem preparados para o auxílio escolar. Dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) 2016 já mostram um cenário alarmante no que diz respeito à Educação no país. As disparidades regionais são imensas, e no Nordeste a situação é ainda mais grave. A taxa de analfabetismo no Nordeste era de 14,8%, sendo a porcentagem de negros duas vezes maior do que a de brancos. Em média, nesta região a população tem 6,7 anos de estudo e 52,6% da população não alcançou o ensino Fundamental completo. Vale salientar também que a maior concentração de analfabetismo está nos domicílios Rurais. Dados apresentados em 2017 pelo IBGE confirmam um cenário de desigualdade social, o Nordeste apresenta a maior incidência de famílias pobres (43,5%) e 80% destas se encontram em áreas rurais.

Os pontos abordados demonstram algumas das razões pelas quais famílias não têm conseguido participar ativamente da vida escolar de seus filhos. O sistema em que se encontra a sociedade vai além de alterar as configurações no mundo do trabalho, pois através do trabalho, esse sistema invade a vida particular do sujeito alterando seu convívio com familiares, e nesse caso, interferindo no acompanhamento dos pais na vida escolar de seus filhos.

4. RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

4.1 Caracterização do campo de estágio

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está situada na comunidade Estreito, localizado na Zona Rural deste município e distante 17km do centro do município de Campina Grande-PB. O Sítio Estreito possui uma estrutura simples, com relação do atendimento à saúde dos moradores, a comunidade dispõe de um Posto Médico que atende através do PSF – Programa Saúde da Família, no aspecto que aponta para a prática de lazer, observamos a quase inexistência de equipamentos sociais, basicamente só há campos de futebol, (campos de pelada) e os poucos que ainda existem, em sua

grande maioria, estão localizados em propriedades privadas, o que limita o acesso das crianças e adolescentes. A comunidade não dispõe de posto policial, delegacia ou patrulha escolar, havendo presença policial apenas em momentos de ocorrências ou eventos. No aspecto religioso, as religiões que se destacam são o Catolicismo e o Protestantismo, dispondo de uma Igreja Católica e de outras denominações protestantes. No que se refere à mobilidade, os meios de transporte são reduzidos, especialmente quando se trata de transporte público coletivo, havendo apenas uma linha de ônibus circulando a cada duas horas. Devido a essa dificuldade, todos os funcionários da escola precisam utilizar o transporte.

A escola oferece turmas do pré I ao 5º ano, divididas nos turnos manhã e tarde, contando com crianças de faixa etária entre quatro e 12 anos – com algumas exceções e atende um universo de 103 famílias, residentes na comunidade e em Sítios vizinhos. A instituição conta com quatro salas de aula, quatro banheiros, uma cozinha, um pátio, sala dos professores, sala de informática e secretaria. Quanto à estrutura organizacional a escola dispõe de uma equipe técnica formada pela gestora (assistente social), uma orientadora, uma supervisora pedagógica, e um psicólogo. Dispõe também de oito professoras, três vigilantes, duas cozinheiras, uma cuidadora, três auxiliares de serviços gerais e uma secretária.

Com relação à função social desempenhada pela instituição, esta, contribui para a formação de qualidade das crianças da região. A instituição procura não restringir sua ação aos seus alunos, busca realizar atividades que se dirijam a comunidade em geral, visando esclarecer e informar sobre diversos aspectos.

Nossa inserção no campo de estágio foi feita em outubro de 2017, e nos primeiros meses as principais demandas foram os atendimentos aos familiares e encaminhamentos, atividades culturais previstas no calendário escolar, e uma análise de quais atividades seriam desenvolvidas no ano seguinte. Analisamos que o estágio cumpriu satisfatoriamente seus objetivos, visto que, segundo Almeida (2013):

O estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social. (ALMEIDA, 2013, pág.6)

Como objetivo foi de absorver todos os momentos do campo de estágio para enriquecer nossa futura prática profissional, desde a observação até a aplicação do projeto de intervenção, diversas situações na escola contribuíram para o aprendizado. O período de observação, especificamente, permitiu conhecer a dinâmica escolar e suas implicações para a profissão e forneceu subsídios para a elaboração do projeto.

Durante o período de permanência no campo de estágio foi percebido que muitas famílias não conseguiam participar da forma como gostariam da vida escolar de seus filhos. E essa ausência era expressa pelos professores que necessitam que as relações em torno da vida escolar dos alunos não se resumam a sala de aula. A partir disso foi identificada a necessidade de articulação entre a família e a escola na defesa do Direito à Educação. Nesse sentido, o projeto objetivou fortalecer essa relação no sentido de contribuir para o desenvolvimento completo do aluno, e auxiliar na preparação para o exercício da cidadania.

4.2 Apresentação do Projeto

O projeto “Família e escola na defesa do direito à Educação” foi planejado e executado juntamente com a, também estagiária de Serviço Social, Maria Clara Ezequiel Bezerra, e visou contribuir na efetivação do direito à educação, previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. A ausência da família na vida escolar das crianças e na defesa dos direitos destas foram fatos que incentivaram a aplicação do projeto que atuou diretamente com as famílias dos discentes atendidas pela escola.

Konzen (2000) destaca que os responsáveis são os representantes legais das crianças em idade escolar, possuindo diversas obrigações quanto a estes, podendo atuar na defesa do Direito à Educação das crianças e adolescentes, pois nessa defesa é importante uma relação de colaboração entre a família e a escola. É neste contexto, cercado de dificuldades e dilemas que afetam as famílias brasileiras, cenário de restrição do acesso a direitos fundamentais, que o projeto foi realizado.

Neste projeto, realizamos reuniões com palestras educativas para os responsáveis pelas crianças e adolescentes da instituição. As reuniões foram realizadas na instituição. As palestras foram ministradas pela equipe de Serviço Social, com o tema “defesa dos direitos das crianças e adolescentes”. Nas reuniões foram feitos registros fotográficos, e passadas listas de frequências e questionários para avaliação da assiduidade e da aprendizagem acerca das palestras.

De mesmo modo, nos meses de outubro e novembro, foram realizados na Instituição encontro com os pais ou responsáveis para discussão da importância da relação entre a família e a escola. Outra ação realizada foi um estudo socioeconômico, que se encontra dentro do leque de ações profissionais dos assistentes sociais prevista como competência destes, na Lei nº 8.662 que regulamenta a profissão, sendo este um instrumento de muita importância. Conforme Miotto (2009), de maneira mais ampla, os estudos socioeconômicos realizados de forma crítica são ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação dos direitos fundamentais e no enfrentamento da questão social.

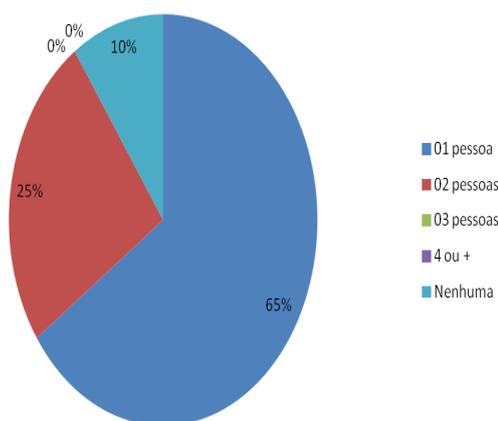
4.2.1 Estudo socioeconômico

De acordo com Cioffi (1998), as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica do que daquela que caracteriza sua família. De acordo com a linha teórica adotada, as famílias estão inseridas na estrutura social e assumem configurações diferenciadas que irão incidir no processo de aprendizagem e convivência das crianças e adolescentes. Neste sentido que delimitamos do universo das famílias, atendidas pela escola, um total de 76, para a realização deste estudo.

Visando compreender o que tem impedido essas famílias de participarem de forma mais ativa na vida escolar dos alunos da instituição, o estudo proporcionou um maior entendimento da realidade e dos desafios vivenciados por cada família, e ao término forneceu uma melhor análise da vida que cerca a comunidade e das possibilidades para fortalecimento do vínculo entre família-escola, estabelecendo assim, um caminho onde ambas poderiam trabalhar de forma coletiva, não desconsiderando os agravantes impostos pelo próprio modo de produção capitalista e as expressões da questão social em que se encontram estes núcleos familiares. Diante disso, serão expostos aqui alguns resultados obtidos através dos

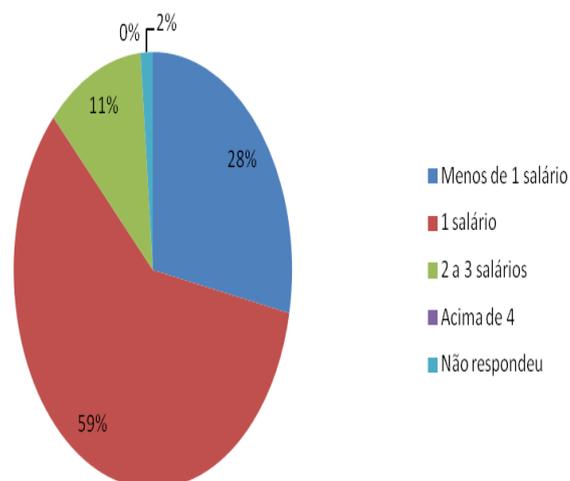
questionários enviados as famílias. A começar pela configuração familiar, a maioria, 58%, dos pais ou responsáveis afirmam ser casados, partindo disso, quando questionado quem seria o responsável pelo lar, em 37% dos lares pai e mãe declaram-se os responsáveis pela família e 41% desses, são de idade entre 30 e 39 anos. Foi questionado também acerca da renda da família e quantas pessoas são dependentes da mesma.

Gráfico I - Número de pessoas que trabalham na residência



Fonte: Questionário Socioeconômico aplicado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Gráfico II – Renda familiar

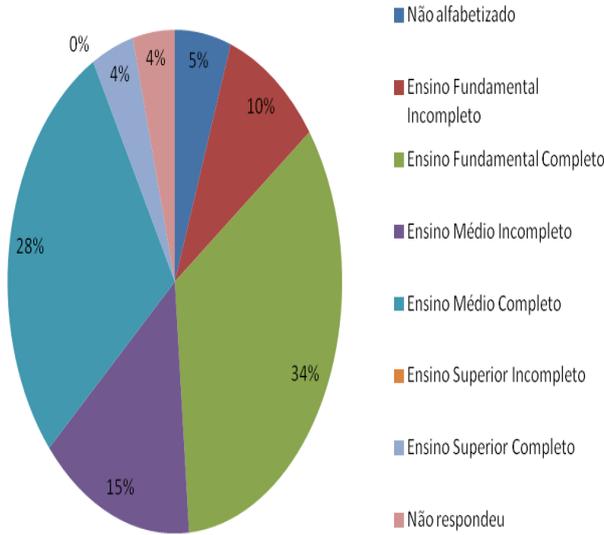


Fonte: Questionário Socioeconômico aplicado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Podemos perceber analisando esses gráficos, uma realidade já apontada no tópico anterior a esse, a dificuldade salarial enfrentada pelas famílias, e como de fato isso se concretiza. A realidade de que em apenas uma pessoa trabalha (gráfico 1) e sustenta sua família com uma renda entre menos de um salário mínimo e um salário mínimo, além de considerar o número de pessoas que vivem dentro desse lar que segundo aponta esse estudo, em 79% das residências vivem de 4 a 6 pessoas, e com um único salário para sustentar a todos. Esses apontamentos, quando lembrado que estamos nos referindo a uma família que vive na zona rural é ainda mais preocupante tendo em vista as maiores dificuldades para acessar as políticas públicas. Além da renda que obriga muitos pais e responsáveis a assumirem outros empregos, os popularmente conhecidos como “bicos”, dificulta o acompanhamento escolar na vida da criança, visto que precisam abdicar de tempo de qualidade com suas famílias. Além desses resultados, a maioria dos pais são agricultores, e as mães são agricultoras e donas de casa, ou seja, a maioria das famílias mantém-se com profissões de baixa remuneração.

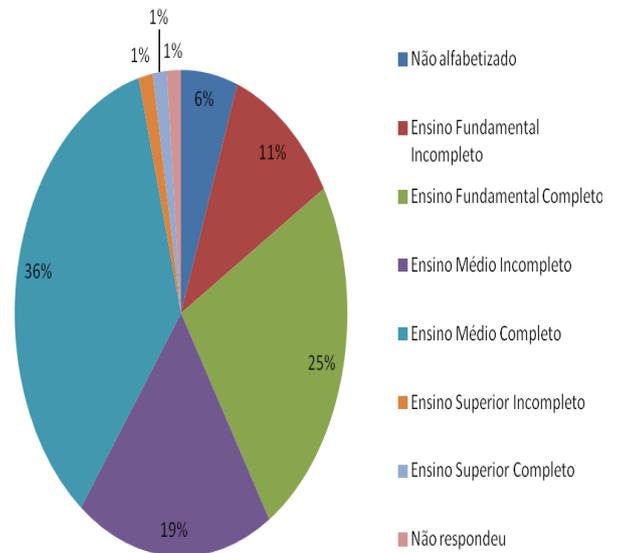
Ainda no quesito renda, cabe destacar que 31% das famílias respondeu que sua renda originária provém do Programa Bolsa Família. Quanto à moradia da família, 86% afirmam morar em casa própria, no entanto, as condições de moradia são precárias. Apenas 3% das famílias possuem saneamento básico, 23% tem acesso à água encanada e 9% tem acesso à internet. Isso reflete o descaso que há em relação à população da zona rural das cidades, que como bem sabemos se arrasta ao longo de toda a história de quem vive nessa área, em meio há condições prejudiciais a todas as áreas de suas vidas.

Gráfico III - Escolaridade do pai.



Fonte: Questionário Socioeconômico aplicado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

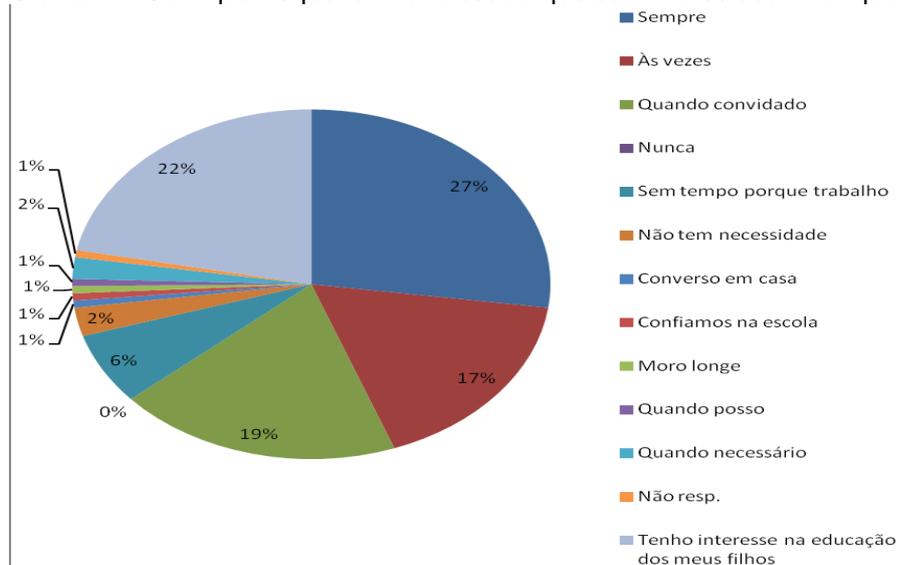
Gráfico IV - Escolaridade da mãe.



Fonte: Questionário Socioeconômico aplicado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Esses gráficos confirmam algo que dados apresentados nesse trabalho apontam a dificuldade na alfabetização presente entre moradores da zona rural, de acordo com as resposta dos questionário 34% dos pais possui sua escolaridade até o ensino fundamental, enquanto as mães 36% das mães responderam ter completado o ensino médio. E sem dúvidas isso acarreta conseqüências no acompanhamento na vida escolar dos filhos, pois os responsáveis não se sentem preparados para auxiliar seus filhos.

Gráfico V - Com que frequência vai à escola que seu filho estuda? Por quê?



Fonte: Questionário Socioeconômico aplicado na E.M.E.F Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Quanto à frequência com que os pais ou responsáveis vão à escola de seus filhos, 27% que sempre vão à instituição, enquanto 17% responderam que só vão às vezes, pois confiam na escola e entendem que não há a necessidade de se fazer sempre presentes. Quando analisado o questionário, percebeu-se que o número de 27% que afirmaram estarem sempre presentes na instituição não confere com a realidade da escola, e que provavelmente os pais referiam-se a estar sempre lá, pois alguns responsáveis vão à escola todos os dias para deixar seus filhos e não necessariamente para algum acompanhamento escolar. Isso foi conferido quando 44% deles afirmaram ir escola quando há reuniões e somente 4% afirmou ir para ocasiões que não sejam as reuniões, plantão pedagógico ou festas e eventos escolares. No envolvimento dos pais com a educação, 75% afirmou ter conhecimento total das atividades escolares, e 56% estimulam seus filhos a estudarem mostrando a importância do estudo para uma melhor vida no futuro.

4.2.3 Realização das palestras

A realização das palestras foi iniciada com a divulgação que foi efetuada em agosto, através de comunicados nas agendas dos alunos e cartazes em diversos ambientes da escola. Após divulgação, realizamos reuniões com palestras educativas para os responsáveis pelas crianças e adolescentes da instituição. Estas aconteceram na Instituição, nos meses de setembro e novembro, nos turnos da tarde. O tema abordado nas duas palestras foi à defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Ao final de cada reunião, foi realizada uma avaliação entre as estagiárias e a supervisora. Para controle de cada reunião foram feitos registros fotográficos e listas de frequências, dessa forma foi possível acompanhar a assiduidade dos pais e responsáveis.

Na primeira reunião tratamos do tema: direitos da criança e do adolescente. Nesta contamos com a presença de 56 responsáveis. Devido ao grande número, tivemos dificuldade quanto ao local onde fora realizada a reunião. Outra dificuldade encontrada foi que percebemos o baixo envolvimento de muitos responsáveis o tema proposto para a reunião. Acostumados com reuniões de cunho exclusivamente pedagógico, causou estranheza e até mesmo desinteresse dos que estavam ali presentes. Um ponto que avaliamos como positivo, foi à participação de alguns pais. Muitos contavam relatos de como alguns daqueles direitos tinham sido infligidos no seu dia a dia.

Na segunda reunião, na qual tratamos exclusivamente sobre o direito à educação, tivemos uma queda brusca no número de responsáveis participantes, estando presentes um total de 21, mas isso não nos desanimou enquanto futuras Assistentes Sociais, pois entendemos que o despertar da importância de sabermos nossos direitos e lutarmos por eles é uma construção que deve desenvolvida através do tempo e persistência e que o trabalho acerca desta temática atente ao posto pelos próprios direitos assegurados legalmente para crianças e adolescentes, pois, segundo a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional):

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

É importante perceber que o currículo deve incluir noções de direito e cidadania. Diante disso, percebemos que este é um assunto que não deve ser tratado apenas com os pais e responsáveis, mas também com seus filhos, para que sejam cidadãos cientes de seus direitos.

Devido à alguns imprevistos, não conseguimos realizar nosso projeto como havíamos apresentado e precisamos fazer alguns ajustes quanto à quantidade de reuniões e os temas abordados nas mesmas, mas isso não impediu que nosso assunto principal fosse tratado, e que a construção dos nossos objetivos fosse iniciada.

4.3 Condições objetivas e consciência subjetiva.

A má compreensão por parte da equipe pedagógica a cerca do que é o Serviço Social foi algo que trouxe alguns rebatimentos sobre as reuniões realizadas. Por ser uma profissão que se baseia em uma visão crítica da totalidade, e não pelo senso comum imposto na sociedade, por vezes o Serviço Social é erroneamente interpretado nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

No campo de estágio por muitas vezes a Assistente Social recebia críticas de que ela “só fala em direitos”. E o mesmo tipo de comentário era recebido após as reuniões, alegando que nós enfatizávamos mais nos direitos dos alunos do que em seus deveres. Muitos profissionais da escola utilizavam-se de argumentos que culpabilizam o usuário, diferente da profissional de Serviço Social que busca investigar e compreender a totalidade da realidade em que o sujeito está envolvido. Esse impasse proporcionou a reflexão e debate sobre compreensão equivocada que a equipe possuía do Serviço Social, visto que éramos compreendidas como “muito boazinhas” e também acerca dos impasses vivenciados pelos assistentes sociais em seus ambientes de trabalho. Dentro dos debates em sala de aula discutia-se sempre acerca das dificuldades que nós, enquanto estudantes, muito provavelmente iríamos encontrar em nossos locais de trabalho e a maneira com a qual poderíamos enfrentá-los.

A condição objetiva da profissão está relacionada às relações sociais capitalistas e a questão social presente no capitalismo monopolista, o que significa que as ações profissionais estão condicionadas a esse contexto. Dessa forma, tudo o que cerca o profissional interfere no seu agir, dentre eles podemos citar os salários, a infraestrutura do local onde trabalha, e nesse caso especificamente, a equipe técnica que o acompanha, que contribui diretamente de forma positiva ou não nas ações do Assistente Social. Ao mesmo tempo há a consciência subjetiva, que deve estar presente no agir profissional, de forma que este deve tentar enfrentar barreiras postas pela dimensão objetiva não de maneira que vá eliminá-la, mas considerando suas determinações o profissional pode articular estratégias para exercer suas atribuições no local onde trabalha para que mesmo com os empecilhos impostos pelo sistema vigente, que recaem em seu espaço de trabalho, não deixe de atender as demandas daqueles para qual a profissão se dirige. Segundo lamamoto (2012) todas essas articulações são necessárias devido ao quadro econômico, que perpassa por todas as esferas da sociedade, a atual conjuntura sócio-histórica se insere no cotidiano dos profissionais trazendo rebatimentos tanto em suas relações de trabalho, quanto nas demandas que lhes são apresentadas pela população usuária.

É um grande desafio para o profissional, em qualquer que seja o espaço sócio-ocupacional que o mesmo ocupa, manter-se com um olhar crítico em meio ao

cotidiano enfrentado, principalmente quando suas condições de trabalho não cooperam, e as consequências para a atuação profissional seria um retrocesso em relação ao que se vem lutado desde o Movimento de Reconceituação. De acordo com Lacerda (2014)

O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc. (LACERDA, 2014, p.23)

Para o exercício profissional o compromisso com valores emancipatórios é essencial para direcionar a humanidade para outra forma de sociabilidade, por mais limitado que o mesmo seja. Aplicando essa análise ao campo de estágio, foi fundamental perceber que mesmo em meio às condições objetivas de uma equipe técnica que apenas culpabilizava as famílias sem levar em conta sua realidade, foi possível, através da consciência subjetiva, articular estratégias que visassem compreender de forma crítica a totalidade das famílias, e assim, mesmo em meio a desafios exercer nossas funções fundamentadas nos valores ético-políticos da profissão.

4.4 A necessidade de estratégias específicas para a população rural.

Ao final da realização do projeto cabem algumas análises a cerca do que foi benéfico e deve-se repetir, e também daquilo que pode ser melhorado em projetos ou ações futuras. Aqui será apresentada uma pequena de um ponto que deveria ter sido levado em consideração na construção e execução do projeto realizado na instituição.

A população que pertencente à zona rural sempre enfrentou e enfrenta dilemas em questão de políticas públicas. É fundamental para a realização de ações profissionais compreender a realidade da comunidade onde se atua. De acordo com Iamamoto, “articular a profissão à realidade é um dos maiores desafios, pois se entende que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade” (IAMAMOTO, 2012, p. 55). O baixo envolvimento das famílias nas reuniões revelou a necessidade de criar estratégias para fortalecer a dimensão educativa do serviço social na realidade posta pelo espaço rural. Foi apontado aqui, no decorrer da apresentação do projeto que houve certo “desapontamento” dos pais ou responsáveis quanto ao assunto proposto nas reuniões, analisamos que o uso de métodos para atuação educativa que se aproximassem mais da realidade rural poderia ter auxiliado no maior envolvimento dos responsáveis, em face dos mesmos terem maior possibilidade de se reconhecerem no assunto transmitido.

Cabe destacar que se constitui competência do serviço social “análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais” (CFESS,1993). Assim, avaliamos que poderíamos ter considerado mais profundamente, na construção do projeto, as particularidades regionais e locais que

cercam aquelas famílias, e, ao mesmo tempo, em aliança com essas particularidades, termos maturado melhor os temas das reuniões, os horários, e até mesmo as perguntas presentes do questionário socioeconômico, de modo que fossem mais específicas quanto à realidade apresentada pela comunidade.

As competências para o trato da realidade são fundamentais para perceber as demandas concretas apresentadas no chão cotidiano e a forma pela qual se buscará revelá-las numa perspectiva crítica, que faça jus ao projeto ético político do Serviço Social brasileiro (LUSA, 2015, p.2)

Desconsiderar as peculiaridades apresentadas pela zona rural em ações que possuem o objetivo de contribuir em melhorias nas condições de vida para a mesma é reproduzir as mesmas ações que o Estado tem feito, planejando políticas públicas que não “batem” com a realidade daquela população, o que é contraditório a visão crítica da profissão, que busca sempre analisar a totalidade dos usuários presentes no espaço sócio-ocupacional onde está inserido e a realidade que os cerca. Ao mesmo tempo, não se pode, para qualquer profissão, trabalhar com famílias que vivem no/do campo com as mesmas expectativas que se trazem do trabalho em regiões urbanas, são necessárias estratégias diferentes para lidar com a realidade que elas vivem.

Enfatiza-se aqui então, a importância de refletir como um aprendizado, e ao mesmo tempo um desafio proporcionados pelo projeto: a necessidade de contemplar as particularidades do espaço rural, no tocante à metodologia e temas, como estratégia para maior aproximação e adesão às ações educativas. De fato, o estágio supervisionado nos proporciona viver experiências que marcam nosso processo de formação, nos colocando frente a uma realidade desafiadora e ao mesmo tempo instigante. Desafios esses, que possibilitam vivenciar alguns dos debates presenciados no ambiente acadêmico e que nos trazem grande enriquecimento, sejam mediante “erros” ou “acertos”, mas que nos impulsionam a lutar por uma realidade social diferente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um espaço sócio-ocupacional onde o Assistente Social tem a chance de contribuir na interlocução com famílias, melhorando a relação família escola; na construção de valores, noções de cidadania e direitos. E principalmente, contribuir para uma formação emancipadora. A população da zona rural, por todas as especificidades apresentadas ao longo do trabalho, constitui-se um espaço onde as estratégias e mediações estabelecidas pelo profissional de Serviço Social proporcionarão uma melhora na qualidade de vida para os sujeitos.

Que possamos perceber as particularidades que cada espaço sócio-ocupacional em que estivermos inseridos, para que não caiamos no erro de apenas reproduzir ações sem pensar na realidade da vida dos sujeitos que se apresentam a nós todos os dias. Buscar compreender a realidade do sujeito é o que nos torna diferentes em uma sociedade que baseia-se apenas no que situação aparenta.

Por fim, condiz com os valores e princípios da nossa profissão manter-nos atentos as minorias excluídas por um sistema que visa apenas enriquecer a si próprio, ignorando a classe trabalhadora que é quem lhe proporciona tamanha riqueza. Que esse trabalho possa contribuir tanto para aqueles que ainda estão na academia, quanto para aqueles que já estão exercendo a profissão, uma vez que estamos sempre em constante aprendizado.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 23 de Novembro de 2018.
- ALMEIDA, Suenya. **A importância do estágio supervisionado na formação profissional do assistente social**. 3º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, Belo Horizonte, 2013.
- ARAÚJO, Maria Catarina. **A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE FRIGOTTO**. III CONEDU, 2016.
- ARAÚJO, Mickaelly. **A trajetória da educação no Brasil na perspectiva da luta de classes**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (Joinpp), 22 a 25 de agosto de 2017 – Maranhão.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.
- CFESS. Grupo de Estudo sobre Serviço Social na Educação (Coord.). **Serviço Social na Educação**. Sem Editora: Brasília, set. 2001.
- CIOFFI, S. **Famílias Metropolitanas: Arranjos Familiares e Condições de Vida**. São Paulo: SEADE, 1998.
- Cruz, T. et al. **UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: notas para o debate**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20 a 23 de agosto de 2013. São Luis, Maranhão.
- DENTZ, Marta; SILVA, Rafael. **DIMENSÕES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: um caminho em construção**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. Acesso em: 24 novembro 2018.
- FERREIRA, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos, 2012.
- GOMES, Aracele. NETO, Otacílio. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS E CONSAGRAÇÃO DE DIREITOS**. Campina Grande: eduepb, 2018.
- GONÇALVES, Nayla. **A CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA CAPITALISTA: O REFLEXO DO NAUFRÁGIO DA HUMANIDADE**. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: tendências e desafios. 19 a 21 de maio de 2016 – Belo Horizonte
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.
- IAMAMOTO; Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

- IBGE –**Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos; metade está no Nordeste.** São Paulo- Ed. Valor. 2017.
- KONZEN, A. A. **Conselho tutelar, escola e família parcerias em defesa do direito à educação (s.d.)** acesso em: 26 de maio de 2018. Disponível em: http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/ct_familia_escola.pdf
- LACERDA, Lélica. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014
- LUSA, Mailiz. **REALIDADE E ESPAÇO RURAL: ELEMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL?** Seminário Nacional de Serviço Social, trabalho e política social. Florianópolis - 2015
- MARTINELLI; Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 16.ed.São Paulo: Cortez, 2011.
- MARTINS, E. B. C. O serviço **Social no Âmbito da Política Educacional: Dilemas e Contribuições da Profissão na Perspectiva do Projeto Ético-Político.** In: SILVA, M. M. J. (Org.). Serviço Social na Educação: Teoria e Prática. São Paulo: Papel Social, 2014. p. 41-59.
- MENEZES, Viviane; MOURA, Epitácio. **A INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: POR UMA PRÁXIS ASCENDENTE À RAZÃO INSTRUMENTAL .** VI Seminário CETROS. Itaperi, 2018.
- MIOTTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos.** CFESS. 2009.
- NETTO; José Paulo. BRAZ; Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PAZ, Fernanda. **A PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 25 a 28 de agosto de 2015. São Luís, Brasil.
- PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**[online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- SANTOS, Aline. MIRANDA, Elinaldo. **EDUCAÇÃO DO RURAL VERSUS EDUCAÇÃO DO CAMPO: PARADIGMAS E CONTROVÉRSIAS.** VI Seminário Gepráxis, 24 a 27 de outubro de 2017 – Bahia
- SANTOS, Luana. TONIOSSO, José. **A importância da relação escola-família.** Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, p.122-134. 2014.
- SANTOS, Patrícia. VINHA, Janaina. **Educação do/no campo: uma reflexão da trajetória da educação brasileira.** 2014
- SILVA, Maria Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.** 2004. Disponível em: [http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao do Campo e Desenvolvimento Sustentavel.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao%20do%20Campo%20e%20Desenvolvimento%20Sustentavel.pdf). Acesso em 05.08.2019.
- _____. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2013. P. 15-3

AGRADECIMENTOS

Ao único Deus, justo e fiel, dono de toda graça e bondade, minha eterna gratidão. A Ele, dono dos meus dias e autor da minha salvação, que nunca me desamparou, mas com seu infalível amor, cuida e se mostra presente em cada fase da minha vida. Palavras não são suficientes para expressar o quanto me alegro em saber que Ele é por mim. Em meio a momentos de dúvida e medo, Ele está comigo e me guia pelo caminho que devo andar. Nada em minha vida seria possível se não fosse por Ele. “Que darei eu ao Senhor por todos os benefícios que me tem feito?” Salmos 116:12.

Aos meus pais, pelo incentivo, apoio, colo e amor oferecidos durante toda minha vida. Minha gratidão pelo esforço que realizaram por mim, esforço esse que começou antes mesmo do meu nascimento, mas que visava me proporcionar mais do que vocês mesmo tiveram. A minha irmã, pela companhia, cumplicidade e ouvidos, sua vida alegrou os meus dias. Viver a vida com vocês é graça imerecida.

A minha orientadora, por toda paciência, disposição e incentivos. Além de todos os aprendizados que me proporcionou, sua pessoa marca minha vida como exemplo de determinação e anseio por uma realidade mais justa.

Aos professores, por toda aprendizagem que me proporcionaram durante esses anos de formação, esse trabalho foi possível mediante o ensino que cada um de vocês me deu.

Aos meus amigos, de perto e de longe, que se fizeram presentes no meu processo de formação. Obrigada pelo apoio, e consolo oferecidos durante todo esse período. Minha vida é melhor por ter vocês.

As minhas colegas de sala, pelo compartilhar de experiências e aprendizados, pelas risadas e choros compartilhados. A elas, que me receberam de braços abertos e me acolheram com um carinho inexplicável, o meu muito obrigado.

A Coordenação do curso, pela disponibilidade, empenho e carinho que sempre recebi. Mesmo em meio a tantas tarefas no dia a dia, sempre nos atendiam no que era necessário.